



Prefeitura de Carapicuíba
Secretaria de Assuntos Jurídicos

LEI Nº 3.798, DE 10 DE MARÇO DE 2022
(Projeto de Lei nº 2.974/22, do Poder Executivo)

“Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, altera a Lei nº 3.246, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão do benefício “Cesta Básica” aos servidores do Poder Executivo, Lei nº 3.273, de 3 de julho de 2014, que dispõe sobre o Abono Mensal ao servidor público do Executivo Municipal, Lei nº 3.668, de 25 de agosto de 2020, que reorganiza o benefício “Sacola Básica”, e dá outras providências”.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS NEVES, Prefeito do Município de Carapicuíba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Carapicuíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam reajustados, a título de revisão geral anual, a partir de 1º de março de 2022, em 10% (dez por cento), os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais do Poder Executivo.

§1º O reajuste de que trata o *caput* deverá atender ao que determina o artigo 5º da Lei nº 3.690, de 16 de dezembro de 2020.

§2º O referido reajuste também será aplicado aos Cargos Públicos de Técnico de Enfermagem e Enfermeiro, destinados ao Programa Saúde da Família, criados pela Lei nº 3.409, de 21 de dezembro de 2016.

Art. 2º Além do reajuste do artigo anterior, ficam alterados os valores das referências salariais nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6, constantes do Anexo I da Lei nº 3.273, de 3 de julho de 2014, modificado pelas Leis nº 3.451, de 31 de março de 2017; 3.509, de 27 de



Prefeitura de Carapicuíba Secretaria de Assuntos Jurídicos

março de 2018; 3.561, de 1º de março de 2019; e 3.653, de 6 de março de 2020, para os valores contidos no Anexo I da presente Lei.

Art. 3º As referências salariais nº 7, 8 e 9, constantes do Anexo I da Lei nº 3.273, de 3 de julho de 2014, modificado pelas Leis nº 3.451, de 31 de março de 2017; 3.509, de 27 de março de 2018; 3.561, de 1º de março de 2019; e 3.653, de 6 de março de 2020, bem como os Cargos Públicos de Técnicos de Enfermagem criados pela Lei nº 3.409, de 21 de dezembro de 2016, receberão uma complementação retroativa para os meses de janeiro e fevereiro de 2022, até atingirem o valor do salário mínimo vigente.

Art. 4º Fica alterado o disposto no *caput* do artigo 1º da Lei nº 3.246, de 26 de dezembro de 2013, alterado pelas Leis nº 3.309, de 14 de maio de 2015; 3.370, de 6 de junho de 2016; 3.509, de 27 de março de 2018; 3.561, de 1º de março de 2019; 3.573, de 22 de março de 2019; e 3.653, de 6 de março de 2020, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído à todos os servidores da Administração Pública Municipal, no âmbito do Poder Executivo, cujos vencimentos não sejam superiores a quantia de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), o benefício denominado “Cesta Básica”.

...” (NR)

Art. 5º Fica alterado o disposto no *caput* do artigo 2º da Lei nº 3.246, de 26 de dezembro de 2013, alterado pelas Leis nº 3.309, de 14 de maio de 2015; 3.370, de 6 de junho de 2016; 3.509, de 27 de março de 2018; 3.561, de 1º de março de 2019; 3.573, de 22 de março de 2019; e 3.653, de 6 de março de 2020, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º O benefício denominado “Cesta Básica” será inteiramente custeado pelo Poder Executivo, e será pago mensalmente ao servidor em pecúnia, correspondente ao valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para ser utilizado na compra de gêneros alimentícios.

...” (NR)

Art. 6º Fica alterado o disposto no *caput* do artigo 1º da Lei nº 3.273, de 3 de julho de 2014, modificado pelas Leis nº 3.309, de 14 de maio de 2015; 3.379, de 1º de julho de 2016; 3.447, de 30 de janeiro de 2017; 3.463, de 3 de agosto de 2017; 3.509, de



Prefeitura de Carapicuíba Secretaria de Assuntos Jurídicos

27 de março de 2018; 3.561, de 1º de março de 2019; e 3.653, de 6 de março de 2020, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder abono mensal de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), aos Servidores Estatutários, Comissionados e Celetistas do Poder Executivo Municipal, desde que em pleno exercício, cuja remuneração atinja a quantia máxima de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), a partir de 1º de março de 2022, até 28 de fevereiro de 2023.

...” (NR)

Art. 7º Fica alterado o disposto no artigo 2º da Lei nº 3.668, de 25 de agosto de 2020, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º O benefício “Sacola Básica” fica instituído a todos os servidores ativos da Administração Pública Municipal, no âmbito do Poder Executivo, cuja remuneração não seja superior a quantia de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).” (NR)

Art. 8º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor em 1º de março de 2022, exceto em relação aos artigos 2º e 3º, os quais retroagirão seus efeitos a 1º de janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Município de Carapicuíba, 10 de março de 2022.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS NEVES
MARCOS NEVES
Prefeito

Registrada no livro próprio na Secretaria de Assuntos Jurídicos, nesta data, e publicado no site do município no endereço: www.carapicuibas.gov.br.

RICARDO MARTINELLI DE PAULA
Secretário de Assuntos Jurídicos



Prefeitura de Carapicuíba
Secretaria de Assuntos Jurídicos

ANEXO I

QUADRO DE REFERÊNCIA E VENCIMENTOS – PROVIMENTO EFETIVO

Modalidade Mensalista

| Referência | Valor – R\$ |
|-------------------|--------------------|
| 1 | 1.212,00 |
| 2 | 1.214,00 |
| 3 | 1.216,00 |
| 4 | 1.218,00 |
| 5 | 1.220,00 |
| 6 | 1.222,00 |